



Anais da Assembléia

N. 145

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 13 DE DEZEMBRO DE 1985

ANO XI

3.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.^a LEGISLATURA

ATA DA 124.^a SESSÃO ORDINÁRIA

CONVOCAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 1985.

(SEXTA-FEIRA).

Presidência do Senhor Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Senhores Deputados Jorge Maia Filho e Djalma de Almeida César.

À hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Sguarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Airtton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Idondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antônio Fonseca, Leônidas Chaves, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Roberto Requião, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes. Achando-se o Senhor Deputado Luiz Alberto Oliveira, em Congresso representando este Poder Legislativo (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos Trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro, após ouvido o Plenário, dispensa da aprovação da Redação Final, para todos os Projetos aprovados em 3.^a Discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1985

(a) CAÍTO QUINTANA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, seja concedido voto de congratulações ao jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, diretor da "Gazeta do Povo", e da TV Paranaense, Canal 12, pelo recebimento da comenda "Pinhão de Ouro", oferecido pelo Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis do Paraná - SECOVI, no último dia 11.

Sala das Sessões, em 13 de agosto de 1985.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

O jornalista Francisco Cunha Pereira Filho, através de seus órgãos de comunicação, tem prestado serviços de inestimável valor na justa luta de todos os paranaenses pelas causas paranista. Através de campanhas em defesa dos interesses do Paraná, o Doutor Francisco concentrou e motivou as atenções da sociedade, que também passou a integrar e participar das causas levantadas pela "Gazeta do Povo" e pela Rede Paranaense de Televisão, como por exemplo o pagamento de royalties ao Estado pela usina de Itaipu e a construção da Ferrovia da Soja. Por isso, com justiça, o Doutor Francisco recebeu o "Pinhão de Ouro", do SECOVI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER seja consignado VOTO DE CONGRATULAÇÕES à Direção, Corpo Docente, Formandos do Magistério de 1.^o Grau e Jubilares de Ouro de Prata do COLÉGIO "SANTOS ANJOS", dando-se ciência à Direção daquele Educandário, sito à Rua Cel. Belarmino, em Porto União, Estado de Santa Catarina.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1985

(a) ANIBAL KHURY

JUSTIFICATIVA:

O Colégio Santos Anjos, situado na Cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, geminada com a cidade paranaense de União da Vitória, há mais de meio século vem prestando inestimáveis serviços à comunidade.

Porto União da Vitória, ou as "Gêmeas do Iguaçu", como são conhecidas as cidades limítrofes, comemoram, a partir desta data e amanhã, a formatura da Turma de

1985, de professores Normalistas, bem como o reencontro das jubilaes que se formaram em 1935 e 1960, respectivamente.

O evento é digno de registro nos Anais desta Casa, pois, é com justo orgulho que assinalamos o Quinquagésimo Aniversário de formatura da Segunda Turma do Colégio "Santos Anjos", que se comemora em conjunto com o Jubileu de Prata da Turma de 1960, num reencontro que enaltece a qualidade de ensino prestada pelo referido Educandário.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 339/85
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- A atual Escola Estadual "Vila Vicentina"- Ensino de 1.º Grau, situada na Vila Marumbi- Uvaranas em Ponta Grossa, fica denominada Escola Estadual "JOÃO MARIA CRUZ"- Ensino de 1.º Grau.

Art.2.º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13 de dezembro de 1985
(a) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

JUSTIFICATIVA:

João Maria Cruz, falecido em 12 de fevereiro de 1981, foi um dos baluartes para a fundação do Asilo São Vicente de Paula. Sua árdua tarefa levou cerca de uma década, prazo que se tornou necessário para concluir e dar pronto, a sede que idealizara. Foi o fundador e construtor da Vila Vicentina, composta de uma casa-sede e mais um núcleo para abrigar famílias desamparadas, conforme atesta o "curriculum vitae", que anexamos ao presente, o que levou a atual Escola situada na Vila Marumbi a permanecer com a denominação "Vila Vicentina".

Justo, portanto, que o Poder Público preste esta homenagem, para que esse exemplo siga marcando as novas gerações, atualmente tão carentes de modelos a serem imitados.

Com isso apresentamos o presente Plano de Lei, que, temos certeza, receberá o apoio e a aprovação dos nobres Pares com assento nesta Augusta Casa de Leis.

CURRICULUM VITAE DE JOÃO MARIA CRUZ

João Maria Cruz, nascido na cidade de Castro, aos 13 dias do mês de novembro de 1904, filho de João e Maria Alves da Cruz, ambos naturais da cidade de Morretes. Sou viúvo de D. Alvina Villela Cruz, tenho 4 filhos vivos, Célia, Emanuel, Marlina e Marlene.

Fiz o curso primário no antigo Colégio São Luiz, na época sob a direção do Professor Padre João Lux.

Quando jovem, meu primeiro emprego foi numa Fábrica de Meias da firma Milasch e Buch.

Fui funcionário de um Frigorífico durante 10 anos.

Fui viajante comercial da firma J.J. Proença & Cia., durante dois anos.

Fui comerciante em sociedade com meu irmão Antônio Cruz, durante 4 anos.

Fui comerciante por conta própria por vários anos.

Fui sócio da firma Voigt & Cruz, Armazém Glória durante 10 anos.

Fui fundador e construtor do Ponto Azul, em sociedade com Edmundo Krueger durante 12 anos. (contrato com a Prefeitura).

Entrei para a Sociedade de São Vicente de Paulo em 4 de maio de 1919, onde permaneci até hoje na Conferência de São José, 60 anos.

Fundador da Associação Vicentina de Senhoras, com D. Belinha Pilati Maia.

Fundador da Conferência Vicentina Santa Luiza de Marillac.

Fundador e construtor da Vila Vicentina, em Companhia de André Mulaski, Edmundo Krueger e outros, tendo sido construído durante 17 anos 42 casas de madeira, sendo 9 de alvenaria, para abrigar famílias pobres, fábrica de colchões, travesseiros e acolchoados.

Fundador e construtor do Grupo Escolar e da Casa das Irmãs.

Presidente durante 13 anos do Asilo São Vicente de Paulo, tendo sido feito durante o período várias reformas.

Fundador do Olinda Esporte Clube, tendo contribuído na construção de seu Campo de Esporte na Zona de Olarias.

Fundador e construtor do Hospital Vicentino, em companhia de Edmundo Krueger, André Mulaski e outros Vicentino, tendo a construção levado 24 anos para terminar.

Fundador de 5 Cooperativas, a Mista dos Ruralistas, Agrícola Mista, a de Carnes, a Triticola e a Avícola, as duas últimas não chegaram a funcionar por falta de elementos.

Construtor da sede atual Cooperativa Mistas dos Ruralistas, onde permaneci como presidente por duas gestões, sendo exercido também as funções de gerente e de Secretário.

Fundador e construtor do Sindicato Rural, sito à Rua Teodoro Rosas, 1384, exercendo a presidência desde a sua fundação.

Fundador e diretor da usina de Calçamento, que pertence à Cooperativa Mista dos Ruralistas.

Fui homenageado com um busto de bronze fixado na entrada da Cooperativa.

Recebi uma homenagem da Câmara Municipal, tendo recebido uma placa de prata dos serviços prestados à coletividade.

Recebi uma homenagem da Diretoria de Vila Vicentina, tendo recebido uma placa de prata, quando completou 30 anos de sua fundação.

Fui homenageado pela Federação da Agricultura do Estado (FAEP) tendo recebido uma lembrança quando completei 10 anos de serviços prestados.

Sócio de várias instituições de caridade da cidade.

Possuo um sítio na zona rural do Caracará, onde residi por 11 anos.

Atualmente resido com a família de minha filha, à Rua 7 de Setembro, 1.220.

Sou aposentado pelo INPS desde 1.959.

Sou católico apostólico romano praticante.

Meus pais: João e Maria Alves Cruz.

Meus filhos: Emanuel, Célia, Malvina e Marlene, todos casados.
12 netos e 2 bisnetos.

C. de Identidade: n. 166.540

T. de Eleitor: n. 3.435

C. Reservista: n. 56 - 2^a linha.

Faleceu às 13h30min., ontem, aos 76 anos de idade (13/11/1904), o reconhecido cidadão João Maria Cruz, depois de seis meses de padecimento (sofria de bronquite asmática), vítima de parada cardíaca, nas dependências do Hospital Vicentino, onde viveu os últimos estertores. Foi velado na Capela Mortuária Santana e deverá ser sepultado no Cemitério São José, devendo sair o féretro às 14 horas de hoje.

João Maria Cruz não fez fortuna. Ou, como dizem seus familiares, "não fez fortuna para si, fez para os outros, dedicando amor ao próximo, solidariedade e ostentando conduta exemplar em toda as situações. Era viúvo de Alvina Vilela da Cruz e residia à Rua 7 de Setembro, número 1220, nesta cidade. Natural de Castro, recebeu o título de Cidadão Pontagrossense na gestão do então prefeito municipal Amadeu Puppi, quando ainda foi presidente da Câmara de Vereadores Alexandre Aracema, tendo sido distinguido também com o título de Cidadão Benemérito, membro da Assistência Social de Ponta Grossa. Deixou quatro filhos: Célia Cruz Stolz, Emmanuel Vilela Cruz, Maria Malvina Cruz Schaia e Maria Marlene do Rocio Cruz Fecci, além de 11 netos e uma bisneta.

É atribuído a João Cruz o nome de "Ponto Azul" a Praça Barão do Rio Branco. Os que acompanharam o desenrolar dos fatos na década de 1940, não de se recordar quanta luta e sofrimento custou a João Cruz para conseguir fazer valer o seu pensamento sobre a oportunidade da construção

e nomeação do então "Ponto Azul". Isso aconteceu nos idos de 1957, tendo encontrado forte oposição no governo do então Juca Hoffmann, pela segunda vez. Em 1964, porém, a praça deixou de se chamar "Ponto Azul" para ser denominada Barão do Rio Branco definitivamente. Inobstante isso, a praça continua sendo chamada, quase 20 anos depois, com o mesmo nome dado pelo João Cruz, o que atesta o seu incomum prestígio e a certeza do seu critério. Conta-se, a propósito, que a inspiração pela locução "Ponto Azul" surgiu para João Cruz quando este se encontrava, certa feita, no centro urbano de São Paulo, ao deparar com um ponto azul que muito o teria impressionado. Ele teria retornado a Ponta Grossa com o firme propósito de inaugurar aqui o mesmo nome, como condição para um ponto de eferência que considerava adequado à expressão daquilo que sentira, em terras distantes.

João Cruz - contam aqueles que o conheceram sempre foi um incançável idealista. Em todas as situações criava meios de manifestação que permitiria satisfazer a coletividade à qual pertencia. Deixou uma obra inacabada no mundo literário. Conta-se que ele se esforçava por criar alguma forma de manifestação também na literatura e por isso constantemente se debruçava sobre os seus velhos escritos. Apreciava reproduzir as suas reminiscências da infância, as amizades, os feitos e a própria trajetória no mundo social. Não tinha grandes estudos, mas tinha uma garra incomum para vencer obstáculos.

A sua primeira luta - que lhe permitiu fixar-se no conceito popular - data de 1943, com a fundação do Asilo São Vicente de Paula, cuja árdua tarefa levou 10 anos para concluir e dar pronto, a sede que idealizara, em meio a tanta dificuldade, material e humana. João Cruz foi o fundador também da Vila Vicentina, composta de uma casa sede e mais um núcleo para abrigar famílias desamparadas (isso, há aproximadamente 25 anos). Depois disso, fundou uma fábrica de colchões e acolchoados, também com a finalidade beneficente.

Um rol imenso de realizações configurou a existência do cidadão João Cruz, um homem simples, mas de grande fibra, coragem e abnegado esforço. A Cooperativa Agrícola Ruralista, a Cooperativa Agrícola e a Cooperativa Tritícola (em Vila Oficinas), tiveram a participação decisiva e fundamental do mesmo homem, que, como a chama de uma vela acesa, tende, cedo ou tarde, a se desvanecer, vítima do cansaço ou do tempo, esse agulhão da humanidade, ao qual homem algum se pode furtar.

Muitos não de recordar-se inclusive, da obra homérica desse homem, que levou, de maneira sólida e incansável, 24 anos

para erigir o Hospital Vicentino, um patrimônio inteiro, cuja origem se perde no tempo, só sendo concluído na década passada.

Membro do Lions Clube de Ponta Grossa, João Cruz manteve um círculo social estável e permanente, talvez uma condição vital para o seu sucesso, com tanta proeza e realização, que até hoje lhe consagram a mais viva admiração tantos que o conheceram.

Foi frade vicentino da Conferência de São José, na antiga Catedral de São José, ao longo de 52 anos de permanente dedicação.

A usina de calcário, da Cooperativa Agrícola Ruralista de Ponta Grossa, situado no Jardim Carvalho, constitui outra realização sua. Na lavoura, nunca deixou de participar com o seu apoio em favor daqueles que labutavam, suarentos, mesmo sem identidades, pois nem sindicatos organizados, de princípio, existiam, razão esta que o levou também a apurar o trabalho de sindicalização efetiva. Tanto assim, que o Sindicato dos agricultores, ao lado da Cooperativa Ruralista de Ponta Grossa, sito à rua Júlia Wanderley, esquina com a Theodoro Rosas, também recebeu o seu nome de fundador. Enfim, um incançável batalhador da causa coletiva.

Ponta Grossa perde, assim, mais um dos seus grandes baluartes em favor da causa pública, com mandato ou sem mandato.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não havendo leitura de expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso, inscrito, no Pequeno Expediente.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Recebi, há poucos minutos, um requerimento que é dirigido ao Senhor Governador do Estado e subscrito por inúmeras pessoas, de autoridades do Município de Paicandu, cujo documento solicita, ao Governador do Estado, que interfira pessoalmente na solução do problema criado, mais uma vez, pelo Diretório Municipal do PMDB e por políticos atuantes daquele município, nas questões de segurança daquele município.

Não faz muito tempo que o Delegado daquela cidade foi demitido simplesmente porque, o Diretório daquele município não gostava da atuação daquele titular, daquele Delegado; agora outra atitude é tomada, em virtude da interferência política do Diretório.

Os termos do Documento, passo a ler: (Lê):

"Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná.

A Comunidade política, o comércio, a

indústria e os munícipes de Paicandu, município com área territorial de 183,012 Km², com população fixa, ainda no censo de 1980, de 11.955 habitantes, distante a 12 Km. da cidade de Maringá, já mantendo 39 loteamentos urbanos, onde agrupa uma espécie de trabalhadores de classe baixa e que servem à classe laboral na cidade de Maringá, vindo esta cidade servir apenas como dormitório a eles. A administração Municipal sentido o problema da segurança e do bem estar social dos munícipes, fundou em 11 de fevereiro de 1985, o conselho comunitário de segurança, lei municipal n.425/84, publicada no "Diário do Norte do Paraná" em 27 de dezembro de 1984, com seu estatuto devidamente publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná, inclusive dotando o referido conselho de veículo próprio para vigilância das ruas. Mas tarde, atendendo os anseios da população e o pedido da administração municipal, o comando do 4.º Batalhão da Polícia Militar do Paraná criou no município um destacamento policial, instalado em prédio do Município devidamente adaptado pra receber a força policial, o que veio coibir os atos de violência contra pessoas e o patrimônio dos munícipes. A Imprensa Estadual já noticiava antes do advento da Nova República a preocupação de Vossa Excelência, o Governador do Estado, em manter a ordem pública e social desde os primeiros dias de sua magistral administração, e após a Nova República sentimos o pulso coerente e forte de Vossa Excelência reprimindo a desordem em todo Estado. A comunidade política, juntamente com o comércio, a indústria e os munícipes estranham hoje a atitude do Governo em tirar desta cidade e Município o resguardo policial que vinha sendo efetivado pelos soldados do 4.º Batalhão, pois a preocupação do Governo da Nova República está na segurança e no bem estar social dos cidadãos brasileiros, o que não acontece no município de Paicandu, pois políticos do partido de Vossa Excelência, visando apenas o interesse pessoal e não observando o interesse coletivo da população, pediram a retirada do policiamento existente na cidade, e conseguiram visto que hoje, 06 de dezembro do corrente ano, o 4.º Batalhão da Polícia Militar do Paraná, sediada em Maringá, retirou o destacamento policial da cidade. Nós abaixo assinados, munícipes de Paicandu, confiantes no interesse de Vossa Excelência pela segurança e bem estar social, fato este apregoado a viva voz por Vossa Excelência, requeremos que seja restabelecido na cidade e no Município o destacamento da Polícia Militar do Paraná, voltando assim imperar a segurança de todos e a confiança que sempre dedicamos à sua administração, que não temos palavras para louvar: assinaturas dos munícipes.

O registro, fazemos aqui da tribuna, Senhor Presidente, apenas porque documentos dessa natureza, anteriormente encaminhados ao Senhor Governador, não chegaram às suas mãos. Uso a tribuna da Assembleia, para que seja do conhecimento público o que acontece no município de Paigandu.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Encerrado o Pequeno Expediente.

Passa-se ao Grande Expediente.

Não havendo oradores inscritos, passa-se ao Horário das Lideranças.

(O Sr. Presidente consulta às Lideranças do PDS, PFL, PC e PMDB.) (todas as Lideranças declinam).

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à
ORDEM DO DIA,

Com a presença de 58 Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Djalma de Almeida César, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Caíto Quintana, constante do expediente, solicitando dispensa da aprovação da Redação Final, para todos os projetos aprovados em 3ª Discussão e que não sofreram emendas nas suas tramitações. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.275/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.195/85), que autoriza o Poder Executivo abrir um crédito suplementar até o limite de Cr\$4.530.000.000 (quatro bilhões, quinhentos e trinta milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento do Departamento Estadual de Administração de Material - DEAM, destinado a cobrir despesas de custeio e de capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.317/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.218/85), que objetiva regularização dos créditos tributários devidos em decorrência de infração à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias (ICM) mediante dispensa de parte dos valores da multa, dos juros e da correção monetária, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F., por maioria. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F.

Emenda do Deputado Jorge Maia Filho.

Em votação. Aprovada.

Emenda n.4 do Deputado Orlando Pessuti. Em votação. Aprovada.

Emenda n.5 do Deputado Orlando Pessuti. Em votação. Aprovada.

Emenda do Deputado Djalma de Almeida César. Em votação. Aprovada.

Emenda do Deputado Nestor Baptista. Em votação. Aprovada.

Emenda n.8 do Deputado Orlando Pessuti. Em votação. Aprovada.

Em votação o projeto. Aprovado.

O projeto e as emendas vão à Redação Final.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.322/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.222/85), que objetiva majorar, a partir de 1º de janeiro de 1986, os vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e funções gratificadas do funcionalismo público civil e militar do Estado. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. COM PARECER FAVORÁVEL da C.F.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário corretiva à Tabela VI - Magistério, de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, nos seguintes termos:

OK

EMENDA CORRETIVA DE PLENÁRIO À
TABELA VI - MAGISTÉRIO - AO
PROJETO DE LEI N.322/85

Art. - Na Tabela VI - Magistério - Padrão Padrão PB-2, Referência 5, onde se lê: "2.709,060".

Leia-se: "1.709,060".

Sala das Sessões, em 13/12/85.

(a) ANIBAL KHURY.

JUSTIFICATIVA:

A apresentação da presente emenda corretiva é para corrigir um erro datilográfico apresentado entre duas importâncias na Tabela - Magistério, pois numa simples olhada verificamos a discrepância ali existente.

Em votação a Emenda. Aprovada.

Em votação o Projeto. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.324/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.220/85), que autoriza o Poder Executivo abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$11.200.000 (onze milhões e duzentos mil cruzeiros), alterando o orçamento atual do colégio Estadual do Paraná, destinado a cobrir despesas com outros serviços e encargos. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. COM EMENDAS DE PLENÁRIO. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F., AO PROJETO E EMENDAS ADITIVAS DE PLENÁRIO.

Em votação as emendas.

Em votação Emenda n.1. Aprovada.

Em votação Emenda n.2. Aprovada.

Em votação Emenda n.3. Aprovada.

Em votação Emenda n.4. Aprovada.
Em votação Emenda n.5. Aprovada.
Em votação Emenda n.6. Aprovada.
Em votação o Projeto de Lei 324/85.
Aprovado.
O Projeto de Lei 324/85 e emendas irão à Redação Final.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.325/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.221/85), que autoriza o Poder Executivo a abrir um Crédito Suplementar até o valor de Cr\$3.043.500.000 (três bilhões, quarenta e três milhões e quinhentos mil cruzeiros), alterando o orçamento atual da Fundação Universidade Estadual de Maringá, destinados a cobrir despesas, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F. Aprovado.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.326/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.223/85), que objetiva alterar a Tabela integrante da Lei n.6361, de 21/12/72, que versa sobre a taxa de saúde, instituída pela Lei n.5511, de 10/02/67, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N.01
AO PROJETO DE LEI N.326/85

Acrescente-se o seguinte Artigo:

Art. - Das importâncias arrecadadas em virtude do disposto na Lei n.5511, de 10 de fevereiro de 1967, 10% (Dez por cento) serão destinadas a programas de Assistência ao Menor.

Parágrafo Único - As importâncias destinadas aos programas de Assistência ao Menor por força desta Lei, ficarão depositadas em Caderneta de Poupança do Banco do Estado do Paraná até que sejam definidas a forma de sua aplicação pelo Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 13/12/85.

(a) ANIBAL KHURY.

SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) É o Projeto 335 que o Senhor anunciou?

SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) É o Projeto de Lei n.326/85. (Lê a Emenda).
Em discussão a emenda. Em votação.

SR. GILBERTO CARVALHO - (Para encaminhar) Senhor Presidente, a emenda que Vossa Excelência apresenta na qualidade de Deputado a este projeto de lei, vem dar a melhor destinação a esse recurso. Mas nós que conhecemos as taxas exorbitantes

criadas pelo DETRAN, com esta aqui vem acontecer a mesma coisa.

Por este motivo nós vamos votar contrariamente ao projeto, à Mensagem, embora a emenda de Vossa Excelência venha corrigir em parte.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra Vossa Excelência, pela ordem.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Senhor Presidente, da mesma forma, eu quero consignar e é bom que a ata registre o nosso posicionamento, eu vou votar contrariamente, embora a emenda de Vossa Excelência venha melhorar no aspecto humano a Mensagem do Senhor Governador.

Mas não se apercebeu ainda a nobre Bancada do Governo nesta Casa, que vai ocorrer e agora em escala maior, porque vai atingir a camada menos favorecida da população, a mesma coisa que ocorreu com as taxas do DETRAN. Então, não quero ser conivente e como nós somos minoria na Casa, eu quero deixar consignado o meu protesto e o meu voto contrário.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa vai consignar o protesto de Vossa Excelência, e o voto de Vossa Excelência.

Em votação a emenda. Aprovada.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Tem a palavra, pela ordem, o Deputado Gilberto Carvalho.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Senhor Presidente, é para registrar a posição da Bancada da Frente Liberal, que votou contrariamente a este projeto.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa defere e ficará registrada a votação da Bancada de Vossa Excelência. Em votação o projeto. Aprovado com a emenda.

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n.327/85, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n.225/85), que autoriza o Poder Executivo a emitir, colocar no mercado e resgatar Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado do Paraná, bem como pagar juros deles decorrentes, através da Secretaria das Finanças, obedecida a Legislação Federal que rege a matéria, conforme específica. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por maioria. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F.

Sobre o referido projeto, emenda de Plenário de autoria do Senhor Deputado

Luiz Alberto Oliveira, devidamente apoiada, nos seguintes termos:

→ EMENDA DE PLENÁRIO DE N.01
AO PROJETO DE LEI N.327/85

Art.1.º - O Art.18 do Projeto de Lei 327/85 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.18 - A partir da vigência desta lei fica o Executivo impedido de realizar contratações de empréstimos externos.

Art.2.º - O Art.18 do Projeto de Lei 327/85 passa a ter o número 19.

Sala das Sessões, em 11/12/85.

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA.

Apoiamento: Tuguio Setogutte, Werner Wanderer, Ivan Gubert, Gilberto Carvalho e Francisco Escorsin.

JUSTIFICATIVA:

A partir de março de 1983 a dívida externa do Estado saltou de 334 milhões para 670 milhões de dólares. Pelo orçamento para o exercício de 1986 esse montante deve subir para 850 milhões de dólares, comprometendo seriamente as administrações futuras. Com os lançamentos dos Títulos da Dívida Pública do Tesouro do Estado para a captação de recursos internos não há sentido o Estado continuar realizando empréstimos externos já que o montante previsto para a captação mediante ORTES e repasse ao Fundo de Desenvolvimento Econômico é de um trilhão e 500 bilhões de cruzeiros, o que corresponde a 12,5% da arrecadação estimada de ICM para o próximo ano, o que já por si só é um nível muito elevado. Ademais como esses 1,5 trilhões serão repassados ao FDE é de se supor que eles sejam resultados da captação por intermédio de ORTES e não como resultado da emissão de Letras do Tesouro, já que estas servirão para obter recursos a título de antecipação de receita.

Em votação a emenda. Rejeitada.

Em votação o projeto. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.149/85, (Mensagem n.192/85 - ex-Proposição n.160/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná de 26/08/85, através da Secretaria da Indústria e Comércio e a Fundação de Ensino Superior de Pato Branco, objetivando ação concentrada nos Municípios que menciona, conforme o "Projeto de Cadastramento Industrial para Elaboração do Catálogo de Produtos-Paranaenses". Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.150/85, (Mensagem n.194/85 - ex-Proposição n.162/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUI-

ÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 18/09/85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Interior com interveniência da SUCEPAR, e o município de Apucarana, visando fornecimento de tubos de concreto a serem utilizados em obras de drenagem destinadas ao controle da erosão urbana naquele Município. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.151/85, (Mensagem n.201/85 - ex-Proposição n.163/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado em 01/10/85 entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a União, por meio da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, objetivando integração dos Sistemas de Planejamento Federal e Estadual e o fortalecimento das Administrações Municipais, em continuidade ao Programa de Cooperação Técnica e Financeira a Estados e Municípios. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.152/85, (Mensagem n.202/85 - ex-Proposição n.164/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o município de Nova América da Colina, em 14/10/85, objetivando aplicação de recursos financeiros relacionados com o Programa de Ação Municipal - PRAM, conforme plano de aplicação e procedimentos estabelecidos nos Manuais do referido Programa. Aprovado.

3.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.155/85, de autoria da COMISSÃO EXECUTIVA, que regulamenta a aplicação, os dispêndios os registros contábeis dos recursos provenientes da Receita Patrimonial da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J., e COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS, por unanimidade. COM EMENDA DE PLENÁRIO, nos seguintes termos:

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO DE N.01
AO PROJETO DE RESOLUÇÃO N.155/85

Adite-se ao Projeto de Resolução n.155/85, o seguinte Artigo:

Art.3.º - "Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário".

sala das Sessões, em 12/12/85.

(a) ANIBAL KHURY.

Apoiamento: Francisco Escorsin, Djalma de Almeida César, Fuad Nacli, Mário Pereira e Amélia Hrusckha.

Em votação a emenda. Aprovada.

Este projeto vai à Redação Final.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.156/85, (Mensagem n.208/85 - ex-Proposição n.171/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova 1.^o Termo Aditivo de 27/08/85, ao Convênio celebrado em 27/12/84, pelo Estado do Paraná, através de suas Secretarias do Planejamento, da Agricultura e do Interior, e da COPEL, com a TELEPAR e o município de Curitiba, objetivando execução da 1.^a etapa do Projeto "Unificação de Bases Cartográficas-UNIBASE", na Região Metropolitana de Curitiba. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.157/85, (Mensagem n.217/85 - ex-Proposição n.179/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que ficam aprovados os Termos Aditivos a Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros relacionados com o Programa de Ação Municipal-PRAM. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.158/85, (Mensagem n.219/85 - ex-Proposição n.181/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo Aditivo n.127/84, de 06/09/84, ao Convênio de Cooperação Técnica e Financeira celebrado entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do DER, com o município de Paranavaí, objetivando ampliação de recursos destinados à construção da ligação rodoviária, trecho BR/376 - Madiocaba, no referido Município. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.159/85, (Mensagem n.212/85 - ex-Proposição n.175/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio n.032/85-COMEC, celebrado em 29/10/85, entre o Estado do Paraná através da Secretaria do Planejamento e o município de Curitiba, com a participação da COMEC, objetivando a aplicação de recursos financeiros do PME/PR, na implantação de obras que beneficiem o sistema de transporte público de passageiros. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.160/85, (Mensagem n.209/85 - ex-Proposição n.173/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio,

com partes, datas e objetivos conforme especifica. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.161/85, (Mensagem n.211/85 - ex-Proposição n.170/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 14/10/85, entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e os Municípios mencionados, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.162/85, (Mensagem n.203/85 - ex-Proposição n.166/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná e o Estado do Mato Grosso do Sul, de 15/10/85, objetivando o intercâmbio de informações e experiências, com vistas à integração econômica e social entre as regiões limítrofes dos dois Estados. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.163/85, (Mensagem n.207/85 - ex-Proposição n.169/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que ficam aprovados os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, datados de 11/10/85, através da Secretaria do Interior e os Municípios de Assis Chateaubriand e Cambira, com a participação da SUCEPAR, objetivando a execução de obras destinadas ao controle da erosão urbana. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.164/85, (Mensagem n.205/85 - ex-Proposição n.168/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio n.009/85-SETR, celebrado em 30/09/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e o Município de Guaraqueçaba, visando a execução de serviços de recuperação das flutuantes de Ararapira, Vila Fátima, Tibicanga e Guaraqueçaba. Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n.165/85, (Mensagem n.193/85 - ex-Proposição n.161/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 18/09/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e a SUDESUL, com a interveniência da Secretaria do Interior e da SUCEPAR, visando execução de obras de controle da erosão nas cidades que especifica. Aprovado.

(a) AIRTON CORDEIRO

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 166/85, (Mensagem n. 210/85 - ex-Proposição n. 172/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova os Termos aditivos celebrados entre o Governo do Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com partes, datas e objetivos conforme especifica. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 167/85, (Mensagem n. 215/85 - ex-Proposição n. 178/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Convênio celebrado em 30/10/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Interior e o Município de Santo Antonio do Caiuá, com participação da SUCEPAR, objetivando execução de obras de controle da erosão urbana. **Aprovado.**

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 168/85, (Mensagem n. 213/85 - ex-Proposição n. 176/85), oriundo do parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova o Termo de Re-Ratificação, firmado em 27/09/85, ao Convênio celebrado em 26/06/81, entre o Estado do Paraná e os Municípios do Eixo Londrina - Maringá - METRONOR, com intervenção da Fundação de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR, objetivando alteração das suas cláusulas terceira e quarta. **Aprovado.**

2ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 285/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 199/85), que objetiva assegurar o ingresso no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, dos professores suplementaristas regidos pela Lei n. 6.508, de 13/12/73 e pelo Decreto n. 5.012 de 05/02/74, que estivessem no exercício do Magistério em 15/10/79, com mais de 2 anos nessa categoria e ministrando aulas em estabelecimentos da Rede Estadual de Ensino. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. ao PROJETO E EMENDAS, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da C.F. Sobre o referido projeto, emendas de Plenário, em número de 3 (três), nos seguintes termos:

EMENDA DE PLENÁRIO DE N. 01
AO PROJETO DE LEI N. 285/85 (OK)

Inclua-se onde couber o seguinte artigo:

"Art. - Os professores enquadrados pela Lei n. 7.208 de 15 de outubro de 1979, e que continuam ministrando aulas extraordinárias, terão direito assegurado a um segundo padrão, verificadas as condições de acumulação legal."

Sala das Sessões, em 13/12/85.

Apoiamento: Tuguio Setogutte, Ezequias Losso, Erondy Silvério, Tércio Albuquerque, Leônidas Chaves, Quielse Crisóstomo, Ivan Gubert, Luiz Alberto Oliveira, Augusto Carneiro, Gilberto Carvalho, Fuad Nacli, Basílio Zanusso, Gabriel MManoel, Antônio Belinati, Donato Gulin, Edgar Pimentel, Péricles Pacheco, Werner Wanderer, Francisco Escorsin, Wilson Fortes, Jorge Maia Filho, Nelson Buffara.

EMENDA DO PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N. 285/85 (OK)

Acrescente-se onde couber, o seguinte dispositivo:

"Art. ... - O Poder Executivo fica autorizado a reabrir o prazo para que o ocupante do cargo de Professor do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo que, por motivo justificado ou por não se encontrar no exercício de suas funções, deixou de participar do processo seletivo interno realizado pela Secretaria da Educação para o ingresso no Quadro Próprio de 1980, possa pleitear a sua habilitação, em igualdade de condições, cumpridas as mesmas exigências, ainda que tenha ocorrido exoneração.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica aos casos de afastamentos que resultaram em abandono de cargo ou demissão.

§ 2º - A regulamentação e realização do processo seletivo interno de que trata este artigo deverá ocorrer dentro de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da publicação desta Lei".

Sala das Sessões, em 13/12/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator

Apoiamento: Hermas Brandão.

JUSTIFICATIVA:

O art. 25 da Lei n. 7.424, de 17 de dezembro de 1980 possibilitou aos integrantes do Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo, que ocupavam cargos de Professor, participarem de processo seletivo interno a fim de proverem vagas existentes no Quadro Próprio do Magistério.

Todavia, ao serem estabelecidas as normas para que os interessados pudessem participar dos testes, o Edital n. 01/81, da lavra do Sr. Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Recursos Humanos, houve por bem estabelecer como um dos requisitos para inscrição, que o candidato comprovasse estar em pleno exercício de suas funções.

Desta forma, ficaram impedidos de par-

participar daquele processo seletivo, Professores que estavam legalmente afastados de suas funções.

É sabido que os cargos anteriormente ocupados por aqueles que foram aproveitados no Quadro Próprio são extintos ao vagar.

Não é do interesse da administração manter um Quadro de Pessoal fadado à extinção.

Por outro lado, desde o advento do Decreto Federal n. 200, uma das metas principais da administração pública é propiciar o maior aproveitamento possível dos servidores em atividade, ainda que pertençam a cargos isolados ou ainda que possam ser considerados "ociosos". Daí surgiu a figura da "ASCENSÃO FUNCIONAL", que, em nosso Estado é conhecida como PROCESSO SELETIVO INTERNO.

Dar-se nova oportunidade àqueles que foram impedidos de participar do processo seletivo anterior, sem prejudicar aos seus colegas já habilitados, é o objetivo principal deste plano de lei.

EMENDA AO PROJETO DE LEI N. 285/85
Acrescente-se o § 3.º ao art. 1.º

§ 3.º - Passam a integrar o Quadro Único do Pessoal do Poder Executivo todos os professores suplementaristas que contêm, na data da publicação da presente lei, pelo menos 2 (dois) anos de exercício nessa categoria, ministrando aulas nos estabelecimentos da rede de ensino do Estado e que são sejam ocupantes de cargos públicos a qualquer título.

Sala das Sessões, em 13/12/85

(a) LUIZ ALBERTO OLIVEIRA

Apoiamento: Edgar Pimentel, Francisco Escorsin, Erondy Silvério, Jorge Maia Filho.

JUSTIFICATIVA:

Pela Lei 7208, de 15 de outubro de 1979, foram efetivados cerca de seis mil professores suplementaristas que contavam com dois anos de exercício do magistério nessa categoria, pondo fim assim a uma longa e angustiante espera pela efetivação e pela estabilidade.

Isso continua sendo uma das grandes reivindicações do Magistério Estadual, a estabilidade. Desde 1978 não se realiza concurso para o 1.º Grau e desde 1979 para o 2.º Grau, num flagrante desrespeito à Lei Complementar que é o Estatuto do Magistério, que determina a realização de concursos a cada dois anos decorridos da efetivação do último.

Agora o Governo anuncia a realização de um concurso para o preenchimento de 5.000 vagas, quando as necessidades decorrentes da expansão da demanda escolar e

das aposentadorias indicam um número muito maior, superior a 11.000.

A Mensagem Governamental n. 199/85 prevê a efetivação no Quadro Único de Pessoal do Poder Executivo daqueles professores suplementaristas não beneficiados ainda com a Lei n. 7.208, deixando à margem um contingente muito grande dos que passaram, depois disso, a exercer o magistério nos estabelecimentos da rede de ensino do Estado.

O Governo Estadual, promovendo a efetivação de todos os que contem até a data desta lei com pelo menos dois anos estará regularizando de forma definitiva a situação, passando após isso à realização periódica dos concursados de ingresso, a começar pelo próximo a ser realizado em dezembro deste ano.

A inclusão deste dispositivo neste projeto de lei corresponde, assim, a um ato de plena justiça para os que até agora vivem o espectro da instabilidade e de impossibilidade de acesso na carreira.

Em votação a emenda. - Rejeitada.

Em votação o projeto. - Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 169/85, (Mensagem n. 204/85 - ex-Proposição n. 167/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Administração, objetivando a transferência de recursos e tecnologia do sistema construtivo de natureza alternativa tipo solo-cimento, com destinação que especifica. Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 170/85, (Mensagem n. 216/85 - ex-Proposição n. 177/85), oriundo do Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que aprova Convênios celebrados em 12/11/85, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento e os Municípios mencionados com a participação da COMEC, objetivando a execução e implementação de atividades constantes do "III PROJETO EBTU/BIRD, subprojeto PROPAV", que visa a implantação de obras que beneficiem o sistema de transportes públicos. Aprovado, artigo por artigo.

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 244/85, de autoria do PODER EXECUTIVO, (Mensagem n. 184/85), que objetiva alterar dispositivos da Lei 7.297, de 08/01/80 (Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Paraná) e adotar outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., com EMENDA SUBSTITUTIVA, por unanimidade. Aprovado. Public. no D.A.

EMENDA SUBSTITUTIVA AO
PROJETO DE LEI N. 244/85.

Artigo 1.º - A Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980 (CÓDIGO DE ORGANIZAÇÃO E DIVISÃO JUDICIÁRIAS DO ESTADO DO PARANÁ, passa a vigorar com as seguintes alterações:

O artigo 2.º passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2.º -

VI - Juizado Especial de Pequenas Causas;

VII - Juízes de Paz.

O artigo 4.º passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4.º - O Tribunal de Justiça, composto de vinte e sete (27) Desembargadores e com sede na Capital, é o órgão supremo do Poder Judiciário do Estado, tendo jurisdição em todo o seu território".

O Parágrafo Único, do artigo 11, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 11 -

Parágrafo Único - O Presidente, o Vice-Presidente e o Corregedor da Justiça não integrarão Câmaras ou Grupos de Câmaras".

O artigo 13 passa a vigorar com a supressão dos seus incisos V e VI.

O artigo 14 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14 - Órgão Especial será composto pelo Presidente e Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, pelo Corregedor da Justiça, que nele exercerão funções iguais, e por mais vinte e dois Desembargadores de maior antiguidade no cargo, respeitada a representação de Advogados e de membros do Ministério Público, sendo inadmitida a recusa do encargo".

Os incisos XVI e XVII, do artigo 15, passam a ter a seguinte redação:

"Art. 15 -

XVI - Decidir sobre o pedido de férias e de licença dos Desembargadores.

XVII - Declarar a vacância, por abandono de cargo, na Magistratura".

Os incisos II, III e IV, do artigo 16, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 16 -

I -

II - Solicitar, pela maioria absoluta de seus membros, ao Supremo Tribunal Fede-

ral, a intervenção da União no Estado, quando o regular exercício das funções do Poder Judiciário for impedido por falta de recursos decorrente de injustificada redução de sua proposta orçamentária, ou pela não satisfação oportuna das dotações que lhe correspondam.

III - Indicar os magistrados, advogados e membros do Ministério Público que devam compor o Tribunal de Alçada; os magistrados e os juristas que devam participar do Tribunal Regional Eleitoral e os magistrados de primeiro grau, para efeito de remoção, opção e promoção.

IV - Processar e julgar originariamente:

a) o Governador do Estado e os Deputados Estaduais, nos crimes comuns;

b) os Secretários de Estado e o Procurador Geral da Justiça, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvado o disposto no parágrafo segundo do artigo 129 da Constituição Federal;

c) os membros do Tribunal de Alçada, os Juízes de primeiro grau e os membros do Magistério Público, nos crimes comuns e nos de responsabilidade, ressalvadas a competência da Justiça Eleitoral e a do Tribunal do Júri, quanto aos últimos;

d) os crimes contra a honra em que for querelante qualquer das pessoas referidas nas letras anteriores, quando oposta e admitida exceção da verdade;

e) os mandados de segurança contra atos seus e do Presidente do Tribunal.

Artigo 17, acrescido de dois parágrafos e alterado o atual parágrafo único para segundo parágrafo, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 17 - O Conselho da Magistratura, com função disciplinar, do qual são membros natos o Presidente e o Vice-Presidente do Tribunal de Justiça, e o Corregedor da justiça, compor-se-á de mais cinco Desembargadores, sendo três eleitos e dois outros, os mais modernos do Tribunal.

§ 1.º - A eleição será realizada na mesma Sessão de eleição da direção do Tribunal, com mandato coincidente com o desta, ou, quando necessário, para complementação do mandato.

§ 2.º - O Conselho da Magistratura terá como Órgão Especial a que alude o capítulo anterior.

§ 3.º - Além do que for estabelecido pelo Regimento Interno, compete ao Conselho da Magistratura:

I - Discutir sobre a proposta do orçamento da despesa do Poder Judiciário e sobre as propostas de abertura de créditos especiais, a serem examinados pelo Órgão Especial (art. 15, II e III).

II - Exercer controle sobre a execução do orçamento da despesa do Poder Judiciário.

III - Declarar a vacância de cargo, por abandono, nas serventias de Justiça.

IV - Indicar serventuários da Justiça para remoção:

V - Opinar sobre o pedido de permuta dos serventuários da Justiça.

VI - Julgar os recursos interpostos contra decisões em concursos para nomeação de serventuários da Justiça, bem como homologá-lo e indicar candidato à nomeação.

VII - Julgar os recursos interpostos contra as decisões do Corregedor da Justiça.

VIII - Delegar poderes a Desembargadores para procederem correições nas comarcas, mediante propostas do Corregedor da Justiça.

IX - Referendar ou alterar, por propostas do Corregedor da Justiça, a designação de substituto aos servidores da Justiça, em caso de vacância (art. 50 - X).

O inciso III, do artigo 27, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 27 -

I -

II -

III - Colaborar com o Presidente na representação e na administração do Tribunal.

Os incisos II e III, do artigo 43, passam a ter a seguinte redação:

Art. 43 -

I -

II - Não ter mais de quarenta e cinco (45) anos de idade, da data do último dia da inscrição.

III - Ser bacharel em Direito e provar sua inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, de dois (2) anos no mínimo, ou conclusão do Curso de Preparação para ingresso na magistratura, da Escola de Magistratura do Estado do Paraná. O inciso X, do artigo 50, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 50 -

X - Designar substituto aos servidores da Justiça nos casos de vacância ad referendum do Conselho da Magistratura (art. 17, § 3º - IX), bem assim nos casos de licença ou férias, nos termos do artigo 178 deste Código".

O artigo 51, suprimido seu atual parágrafo único, passa a vigorar com dois parágrafos:

"Art. 51 -

§ 1º - Na Câmara de Curitiba, a Direção do Fórum será exercida por um dos juízes titulares, pelo prazo máximo de dois anos, sob indicação do Órgão Especial e designação do Presidente do Tribunal de Justiça.

§ 2º - Nas Comarcas do interior do Estado, a Direção do Fórum será exercida por um dos Juízes titulares, pelo prazo máximo de dois anos, mediante sucessão automática e obedecendo-se à ordem de antiguidade na Comarca".

O artigo 81, mantidos os seus três parágrafos, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 81 - Os Presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada perceberão mensalmente, a título de representação, a importância correspondente a vinte e cinco por cento (25%) sobre os seus vencimentos (art. 76); os Vice-Presidentes do Tribunal de Justiça e do Tribunal de Alçada e o Corregedor da Justiça, da mesma forma, perceberão vinte por cento (20%); e os Juízes de Direito Diretores do Fórum, pelo mesmo título, farão jus a por cento (5%) sobre seus vencimentos.

O artigo 146 passa a vigorar com supressão do seu parágrafo único.

O artigo 159 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 159 - A remoção dos titulares de

Ofícios far-se-á mediante indicação em lista tríplice, quando praticável, organizada pelo Conselho da Magistratura e por ato do Governador do Estado, e somente no interesse da Justiça".

O artigo 160, mantidos seus parágrafos, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 160 - Vago o Ofício, o Juiz de Direito fará comunicação ao Presidente do Tribunal de Justiça, que, havendo interesse da justiça, determinará à Secretaria a expedição de edital para remoção ou concurso, pelo prazo de vinte (20) dias".

O artigo 162 passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 162 - Não havendo inscrição para remoção, será expedido edital de concurso".

O Artigo 163 passa a vigorar com a supressão do seu parágrafo terceiro.

O artigo 195, suprimido seu atual parágrafo único passa a vigorar com dois parágrafos:

"Art. 195 -

§ 1.º - Mediante ato do Corregedor da Justiça, os auxiliares da Justiça poderão ser afastados do exercício do cargo quando criminalmente processados ou condenados, enquanto estiver tramitando o processo ou pendente a execução da pena, respectivamente.

§ 2.º - Tão logo recebida a denúncia ou transitada em julgamento a sentença, o Juiz do processo remeterá ao Corregedor da Justiça cópia das respectivas peças".

Artigo 2.º - Ficam criadas, na entrância inicial, as seguintes Comarcas:

I - Centenário do Sul, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Lupionópolis e Cafeara (municípios do mesmo nome).

II - Quedas do Iguaçu, compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Espigão Alto Município de Quedas do Iguaçu).

III - Salto do Lontra, compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Nova Prata do Iguaçu (Município do mesmo nome).

IV - Pinhão, compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Reserva, Pedro Lustosa e Bom Retiro (Município de Pinhão).

V - Guaratuba, compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Matinhos (municípios do mesmo nome).

Artigo 3.º - Ficam extintas as Escrivanias Distritais de Centenário do Sul, Guaratuba, Pinhão, Quedas do Iguaçu e Salto do Lontra, a partir da instalação das respectivas Comarcas.

Parágrafo Único - Aos titulares das escrivanias de que trata este artigo fica assegurado o direito de opção pelo respectivo Tabelionato de Notas ou Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos, a ser manifestado no prazo de vinte (20) dias, contados do edital de chamamento para instalação da Comarca.

Artigo 4.º - Ficam transferidos de comarca os seguintes Distritos Judiciários:

I - Lupionópolis (município do nome) da Comarca de Porecatu para a Comarca de Centenário do Sul;

II - Cafeara (município do mesmo nome) da Comarca de Jaguapitã para a Comarca de Centenário do Sul;

III - Espigão Alto (município de Quedas do Iguaçu) da Comarca de Laranjeiras do Sul para a Comarca de Quedas do Iguaçu;

IV - Nova Prata do Iguaçu (município do mesmo nome) da Comarca de Dois Vizinhos para a Comarca de Salto do Lontra;

V - Reserva, Pedro Lustosa e Bom Retiro (município de Pinhão) da Comarca de Guarapuava para a Comarca de Pinhão;

VI - Cafelândia (município do mesmo nome) da Comarca de Cascavel para a Comarca de Corbélia.

VII - Matinhos (município do mesmo nome) da Comarca de Paranaguá para a Comarca de Curitiba.

Art. 5.º - Ficam criados cinco (5) cargos de Juiz de Direito de entrância inicial, respectivamente, para as Comarcas de Centenário do Sul, Guaratuba, Pinhão, Quedas do Iguaçu e Salto do Lontra, e oito (8) cargos de Juiz

de Direito de entrância final para a Comarca de Cascavel, sendo:

seis (6) Juízes Titulares de Varas
dois (2) Juízes de Direito Substitutos, ficando extintos seis (6) cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária.

Artigo 6.^o - Haverá na Comarca de Centenário do Sul, com atribuições definidas, cujos cargos e ofícios ficam criados:

I - No Foro Judicial:

a) uma (1) Escrivania do Cível;
b) uma (1) Escrivania Criminal;
c) um (1) Ofício de Contador, Partidos, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial; e,

d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II - No Foro Extrajudicial:

a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

Artigo 7.^o - Haverá na Comarca de Quedas do Iguaçu, com atribuições definidas, cujos cargos e Ofícios ficam criados:

I - No Foro Judicial:

a) uma (1) Escrivania do Cível;
b) uma (1) Escrivania Criminal;
c) um (1) Ofício de Contador, Partidos, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial; e

d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II - No Foro Extrajudicial:

a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

Artigo 8.^o - Haverá na Comarca de Salto do Lontra, com atribuições definidas, cujos cargos e ofícios ficam criados:

I - No Foro Judicial:

a) uma (1) Escrivania do Cível;
b) uma (1) Escrivania Criminal;
c) um (1) Ofício de Contador, Partidos, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial; e
d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II - No Foro Extrajudicial:

a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

Artigo 9.^o - Haverá na Comarca de Pinhão, com atribuições definidas, cujos cargos e ofícios ficam criados:

I - No Foro Judicial:

a) uma (1) Escrivania do Cível;
b) uma (1) Escrivania Criminal;
c) um (1) Ofício de Contador, Partidos, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial; e

d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II - No Foro Extrajudicial:

a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e

c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

Artigo 10 - Haverá na Comarca de Guaratuba, com atribuições definidas, cujos cargos e ofícios ficam criados:

I - No Foro Judicial:

a) uma (1) Escrivania do Cível;
b) uma (1) Escrivania Criminal;
c) um (1) ofício de Contador, Partidos, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial; e

d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a ri-

goroso rodízio.

II - No Foro Extrajudicial:

- a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e
- c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

Art. 11 - Ficam elevadas, de entrância inicial para entrância intermediária, ficando criado um cargo de Juiz de Direito para cada uma delas, as Comarcas de Colombo, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Pitanga, Cambé, Ibiporã e Capanema, onde a prestação jurisdicional será efetivada por juízes de:

I - uma (1) Vara Cível;

II - uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá nas Comarcas de Colombo, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Pitanga, Cambé, Ibiporã e Capanema, com atribuições definidas, ficando criados os cargos ainda inexistentes:

I - No Foro Judicial:

- a) uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) um (1) Ofício de Contador, Partidos, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial; e
- d) dois (2) Oficiais de Justiça, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio.

II - No Foro Extrajudicial:

- a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e
- c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

Art. 12 - Fica criado um (1) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária na comarca de Goioerê.

Art. 13 - Na Comarca de Goioerê a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I - uma (1) Vara Cível;

II - uma (1) Vara Criminal, Menores, Família, Registros Públicos e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca

de Goioerê, com atribuições definidas, ficando criados os cargos ainda inexistentes:

I - No Foro Judicial:

- a) uma (1) Escrivania do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) um (1) Ofício de Contador, Partidos, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;
- d) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio; e
- e) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal.

II - No Foro Extrajudicial:

- a) um (1) Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;
- b) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e
- c) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

Art. 14 - Ficam criados dois (2) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária na comarca de Foz do Iguaçu.

Art. 15 - Na Comarca de Foz do Iguaçu a prestação jurisdicional será efetivada por Juízes de:

I - Duas (2) Varas Cíveis, 1.^a e 2.^a, por distribuição, inclusive quanto à matéria trabalhista.

II - Duas (2) Varas Criminais, 1.^a e 2.^a, por distribuição, cabendo à 1.^a organização e presidência do Tribunal do Júri.

III - uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Foz do Iguaçu, com atribuições definidas, ficando criados os cargos ainda inexistentes:

I - No Foro Judicial:

- a) duas (2) Escrivânias do Cível;
- b) duas (2) Escrivânias Criminais;
- c) uma (1) Escrivânia de Menores;
- d) um (1) Ofício de Contador, Partidos, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

e) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

f) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal;

g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II - No Foro Extrajudicial:

a) 1.º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) 2.º Tabelião de Notas;

c) um (1) Ofício de Registro de Imóveis; e

d) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas.

Art. 16 - Fica criado um (1) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária na comarca de Guarapuava.

Art. 17 - Na Comarca de Guarapuava a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - Duas (2) Varas Cíveis, 1.ª e 2.ª, por distribuição;

II - Duas (2) Varas Criminais, 1.ª e 2.ª, por distribuição, cabendo à 1.ª organização e presidência do Tribunal do Júri.

III - uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Guarapuava, com atribuições definidas, ficando criados os cargos ainda inexistentes:

I - No Foro Judicial:

a) duas (2) Escrivanias do Cível;

b) duas (2) Escrivanias Criminais;

c) uma (1) Escrivania de Menores;

d) um (1) Ofício de Contador, Partidos, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

e) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

f) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal; e

g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II - No Foro Extrajudicial:

a) 1.º Tabelião de Notas;

b) 2.º Tabelião de Notas;

c) 1.º Ofício de Registro de Imóveis;

d) 2.º Ofício de Registro de Imóveis;

e) 3.º Ofício de Registro de Imóveis;

f) um (1) Ofício de Registro Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos;

g) um (1) Ofício de Registro de Títulos e Documentos, acumulando o Ofício de Registro de Pessoas Jurídicas e de Protesto de Títulos; e

h) 2.º Ofício de Protesto de Títulos.

Art. 18 - Fica criado um (1) cargo de Juiz de Direito de entrância intermediária na comarca de Paranavaí.

Art. 19 - Na Comarca de Paranavaí a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - Duas (2) Varas Cíveis, 1.ª e 2.ª, por distribuição, inclusive quanto a matéria trabalhista.

II - Uma (1) Vara Criminal.

III - uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de Paranavaí, com atribuições definidas, ficando criados os cargos ainda inexistentes:

I - No Foro Judicial:

a) duas (2) Escrivanias do Cível;

b) uma (1) Escrivania Criminal;

c) uma (1) Escrivania de Menores;

d) um (1) Ofício de Contador, Partidos, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

e) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

f) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal; e

g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II - No Foro Extrajudicial:

a) 1.º Tabelião de Notas;

b) 2.º Tabelião de Notas;

c) 3.º Tabelião de Notas;

d) um (1) Ofício de Registro de Imóveis, com delimitação territorial prevista na legislação anterior;

e) um (1) Ofício de Registro de Civil de Nascimento, Casamentos e Óbitos; e

f) um (1) Ofício de Protesto de Títulos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas.

Art. 20 - Ficam criados dois (2) cargos de Juiz de Direito de entrância intermediária na Comarca de São José dos Pinhais.

Art. 21 - Na Comarca de São José dos Pinhais a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - Duas (2) Varas Cíveis, 1.ª e 2.ª, por distribuição;

II - Uma (1) Vara Criminal.

III - uma (1) Vara de Menores, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria do Foro Extrajudicial.

Parágrafo Único - Haverá na Comarca de São José dos Pinhais, com atribuições definidas, ficando criados os cargos ainda inexistentes:

I - No Foro Judicial:

- a) duas (2) Escrivanias do Cível;
- b) uma (1) Escrivania Criminal;
- c) uma (1) Escrivania de Menores;
- d) um (1) Ofício de Contador, Partidos, Distribuidor, Depositário Público e de Avaliador Judicial;

e) dois (2) Oficiais de Justiça, em cada Vara, sendo que um deles, por designação do Juiz de Direito Diretor do Fórum, exercerá, por um (1) ano, alternadamente, as funções de Porteiro de Auditório, obedecendo-se a rigoroso rodízio;

f) um (1) Auxiliar de Cartório na Vara Criminal; e

g) um (1) Comissário de Vigilância de Menores.

II - No Foro Extrajudicial:

a) 1.º Tabelião de Notas, acumulando, precariamente, o Ofício de Protesto de Títulos;

b) 2.º Tabelião de Notas;

c) 1.º Ofício de Registro de Imóveis, com delimitação territorial prevista na legislação anterior;

d) 2.º Ofício de Registro de Imóveis, com delimitação territorial prevista na legislação anterior; e

e) um (1) Ofício de Registro de Civil de Nascimentos, Casamentos e Óbitos, acumulando, precariamente, os Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e Registro de Pessoas Jurídicas.

Art. 22 - Ficam criados os Distritos Judiciários de São José das Palmeiras (Município do mesmo nome), na Comarca de Santa Helena, e Rancho Alegre D'Oeste, (município de Goioerê) na Comarca de Goioerê, com as delimitações territoriais estabelecidas para o Município e distrito administrativo do mesmo nome, respectivamente.

Parágrafo Único - Ao titular da Escrivania Distrital de São Clemente fica assegurado o direito de opção pela Escrivania Distrital de São José das Palmeiras, a ser manifestado no prazo de vinte (20) dias, contados da publicação desta lei.

Art. 23 - Ficam criados os Distritos Judiciários de Praia de Leste (município de Paranaguá) na Comarca de Paranaguá e de São Pedro (município de Toledo) na Comarca de Toledo.

Art. 24 - São alterados, suprimidos ou acrescentados os seguintes dispositivos da Lei 7.297, de 08 de janeiro de 1980:

"Art. 207 - A prestação jurisdicional

no Estado é exercida pelas seguintes autoridades judiciárias segundo a competência prevista neste código:

I - 27 Desembargadores;

II -

III - 119 Juizes de Direito de entrância final, sendo:

a) 86 titulares de Varas;

b) 33 Juizes de Direito Substitutos;

IV - 99 Juizes de Direito de entrância intermediária;

V - 85 Juizes de Direito de entrância inicial.

"Art. 209 - É a seguinte a classificação das Comarcas:

I - De entrância final: Cascavel, Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa.

II - De entrância intermediária: 1) Apucarana; 2) Arapongas; 3) Araucária; 4) Assis Chateaubriand; 5) Astorga; 6) Bandeirantes; 7) Bela Vista do Paraíso; 8) Cambé; 9) Campo Largo; 10) Campo Mourão; 11) Capanema; 12) Castro; 13) Cianorte; 14) Colombo; 15) Cornélio Procopio; 16) Cruzeiro do Oeste; 17) Foz do Iguaçu; 18) Francisco Beltrão; 19) Goioerê; 20) Guaiara; 21) Guarapuava; 22) Ibiporã; 23) Irati; 24) Ivaiporã; 25) Jacarezinho; 26) Lapa; 27) Laranjeiras do Sul; 28) Loanda; 29) Marechal Cândido Rondon; 30) Medianeira; 31) Nova Esperança; 32) Palmas; 33) Paranaguá; 34) Paranaíba; 35) Pato Branco; 36) Peabiru; 37) Pitanga; 38) Rio Negro; 39) Rolândia; 40) Santo Antonio da Platina; 41) Santo Antonio do Sudoeste; 42) São José dos Pinhais; 43) Telêmaco Borba; 44) Toledo; 45) Umuarama; 46) União da Vitória; 47) Wenceslau Braz.

III - De entrância inicial: 1) Altoônia; 2) Alto Paraná; 3) Alto Piquiri; 4) Andirá; 5) Antonina; 6) Assaí; 7) Barbosa Ferraz; 8) Barracão; 9) Bocaiúva do Sul; 10) Cambará; 11) Cândido de Abreu; 12) Carlópolis; 13) Centenário do Sul; 14) Cerro Azul; 15) Chopinzinho; 16) Cidade Gaúcha; 17) Clevelândia; 18) Colorado; 19) Congonhinhas; 20) Corbélia; 21) Coronel Vivida; 22) Curiúva; 23) Dois Vizinhos; 24) Engenheiro Beltrão; 25) Faxinal; 26) Formosa do Oeste; 27) Grandes Rios; 28) Guaraniaçu; 29) Guaratuba; 30) Ibaiti; 31) Imbituva; 32) Ipiranga; 33) Iporã; 34) Jaguapitã; 35) Jaguariaiva; 36) Jandaia do Sul; 37) Joaquim Távora; 38) Mallet; 39) Mandaguaçu; 40) Mandaguari; 41) Marialva; 42) Marilândia do Sul; 43) Matelândia; 44) Morretes; 45) Nova Fátima; 46) Nova Londrina; 47) Palmeira; 48) Palmital; 49) Párola; 50) Paraíso do Norte; 51) Parancity; 52) Pérola; 53) Pinhão; 54) Piraí do Sul; 55) Piraquara; 56) Porecatu; 57) Primeiro de Maio; 58) Prudentópolis; 59) Quedas do Iguaçu; 60) Realeza; 61) Rebouças;

62) Reserva; 63) Ribeirão Claro; 64) Ribeirão do Pinhal; 65) Rio Branco do Sul; 66) Salto do Lontra; 67) Santa Helena; 68) Santa Izabel do Ivaí; 69) Santa Mariana; 70) São Jerônimo da Serra; 71) São João do Ivaí; 72) São João do Triunfo; 73) São Mateus do Sul; 74) São Miguel do Iguaçu; 75) Sengés; 76) Sertãozinho; 77) Siqueira Campos; 78) Teixeira Soares; 79) Terra Rica; 80) Terra Roxa; 81) Tibagi; 82) Tomazina; 83) Ubatuba; 84) Uvaí; 85) Xanxerê.

Art. 210 - São as seguintes as Seções Judiciárias:

- 28ª Comarca de Cascavel: Varas Cíveis;
- 29ª Comarca de Cascavel: Varas Criminais e Vara de Menores, Registros Públicos, Família e Acidentes de Trabalho;
- 32ª Comarca de Guarapuava, Palmital, Pintangá, Prudentópolis e Pinhão;
- 36ª Comarcas de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Realeza e Santo do Lontra;
- 37ª Comarcas de Paranaguá, Antonina, Morretes e Guaratuba;
- 48ª Comarcas de Laranjeiras do Sul, Guaraniaçu e Quedas do Iguaçu;
- 49ª Comarcas de Rolândia, Jaguapitã, Porecatu e Centenário do Sul;
- 51ª Comarcas de Toledo, Marechal Cândido Rondon, Santa Helena e Corbélia;
- 57ª Comarcas de Goioerê, Alto Piquiri e Ubatuba.

Art. 211 - As Comarcas e seus Distritos são os seguintes:

24 - Cascavel: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Santa Tereza (município de Cascavel); Catanduvas e Ibeama (município de Catanduvas); Capitão Leônidas Marques e Santa Lúcia (município de Capitão Leônidas Marques); Três Barras do Paraná e Boa Vista da Aparecida (Município do mesmo nome);

34 - Corbélia: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Braganey e Cafelândia (Município de mesmo nome);

40 - Dois Vizinhos: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Cruzeiro do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu (município de Dois Vizinhos);

46 - Goioerê: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Jaracatiá, Paraná do Oeste, Quarto Centenário e Rancho Alegre do Oeste (Município do mesmo nome);

49 - Guarapuava: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Campina do Simão, Paz, Carro Quebrado, Plameirinha, Guairacá, Morro Alto, Entre Rios, Boqueirão, Guará e Jordão (município de Guarapuava); Catangalo, Marquinho, Pinhalzinho e Goioxim (município de Catangalo); Turvo (Município do mesmo nome);

59 - Jaguapitã: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Guaraci e Beneditópolis (município de Guaraci);

64 - Laranjeiras do Sul: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Herveira, Vila Nova Laranjeiras, Virmond, Rio Bonito, Barreirinha, Rio da Prata, Porto Santana e Guarani da Estratégica (Município de Laranjeiras do Sul);

86 - Paranaguá: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Alexandra e praia de Leste (Município de Paranaguá);

95 - Porecatu: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Mirassol e Prado Ferreira (município de Mirassol) e Florestópolis (município do mesmo nome);

106 - Santa Helena: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de São Clemente (Município de Santa Helena e São José das Palmeiras (Município do mesmo nome);

133 - Centenário do Sul: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Lupatins e Cafeira (município do mesmo nome);

134 - Quedas do Iguaçu: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Espigão Alto (Município de Quedas do Iguaçu);

135 - Salto do Lontra: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Nova Prata do Iguaçu (município do mesmo nome);

136 - Pinhão: compreendendo a sede e os Distritos Judiciários de Reserva, Pedro Lustosa e Bom Retiro (Município de Pinhão);

137 - Guaratuba: compreendendo a sede e o Distrito Judiciário de Matinhos (municípios do mesmo nome).

Art. 219 - Na Comarca de Curitiba, a prestação jurisdicional será efetivada por Juizes de:

I - 21 (vinte e uma) Varas Cíveis não especializadas;

II - 4 (quatro) Varas de Família;

III - 1 (uma) Vara de Registros Públicos e Acidentes de Trabalho;

IV - 4 (quatro) Varas de Fazenda Pública, Falências e Concordatas;

V - 1 (uma) Vara de Menores;

VI - 11 (onze) Varas Criminais não especializadas;

VII - 1 (uma) Vara do Tribunal do Juri;

VIII - 2 (duas) Varas dos Delitos de Trânsito;

IX - 1 (uma) Vara das Execuções Penais e Corregedorias dos Presídios;

X - 1 (uma) Vara da Auditoria da Justiça Militar.

Art. 220 - Aos Juizes das Varas Cíveis, de 1ª a 21ª, compete, por distribuição o conhecimento, processo e julgamento de toda a matéria civil e comercial, ressalvada a competência das Varas especializadas.

Parágrafo Único - Ao Juizado Especial de Pequenas Causas compete o processo e julgamento, por opção do autor, das causas de reduzido valor econômico, na forma da

Art. 235 - Haverá na Comarca de Curitiba:

I -

e) quatro (04) Ofícios de Distribuidor, Contador, Partidor e depositário Público, com as atribuições seguintes:

1.º Ofício - Distribuidor, Contados e Partidos na matéria de competência das Varas de Família; Varas da Fazenda Pública, Falências e Concordatas; Vara de Registros Públicos e Acidentes do Trabalho; Varas Criminais, de 1.ª a 16.ª; Tabelionatos de Notas de 8.º a 12.º;

2.º Ofício - Distribuidor, na matéria de competência das Varas Cíveis não especializadas; Tabelionatos de Notas, de 1.º a 7.º; Ofícios de Registro de Títulos e Documentos e de Registro de Pessoas Jurídicas;

3.º Ofício - Distribuição dos Títulos: relativos a direitos reais imobiliários que se destinem à matrícula nos Ofícios de Registro de Imóveis;

- de crédito, que se destinem aos Ofícios de protestos de Títulos;

4.º Ofício - Contador e Partidor, na matéria de competência das Varas Cíveis não especializadas

h) - cento e quatro (104) Oficiais de Justiça;

i) - trinta e cinco (35) auxiliares de Cartório.

j) um (01) Escrivão do Juizado Especial de Pequenas Causas.

1) um (01) Ofício de Depositário Público.

Art. 237 - Será o seguinte o número de Juizes de Direito em cada uma das Comarcas de:

V - Campo Mourão, Umuarama, Foz do Iguaçu e Guarapuava: cinco (05) Juizes de Direito.

VI - Paranavaí e São José dos Pinhais: quatro (04) Juizes de Direito.

VII - Apucarana, Cianorte, Francisco Beltrão, Paranaguá e Pato Branco: três (03) Juizes de Direito.

VIII - Arapongas, Araucária, Assis Chateaubriand, Cambé, Capanema, Colombo, Cornélio Procopio, Cruzeiro do Oeste, Goioerê, Guaíra, Ibiporã, Ivaiporã, Jacarezinho, Laranjeiras do Sul, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Pitanga, Rolândia, Toledo e União da Vitória: dois (02) Juizes de Direito.

IX - Nas demais Comarcas - um (01) Juiz de Direito.

Art. 25 - O prazo para a interposição de qualquer dos recursos previstos na Lei n. 7.297, de 08 de janeiro de 1980, e dos estabelecidos na presente lei é de quinze (15) dias, contados da ciência do ato.

Art. 26 - Para o cômputo do prazo máximo estabelecido pelos parágrafos do artigo 51, na redação determinada por esta

Art. 27 - A criação, por lei estadual, do distrito administrativo importará na sua qualificação em distrito judiciário, contando com o correspondente cargo da serventia de Justiça, desde que assim o disponha o Tribunal de Justiça, por resolução do seu Órgão Especial.

Art. 28 - O Juizado Especial de Pequenas Causas na Comarca de Curitiba será exercido por Juiz de direito Substituto designado pelo presidente do Tribunal de justiça. Nas demais Comarcas, cumulativamente:

I - Pelo juiz de Direito da Vara Privativa de Menores de Família, nas Comarcas onde houver;

II - Pelo Juiz de Direito Criminal, nas Comarcas de entrância intermediária onde não houver Vara Privativa de Menores e Família;

III - Pelo Juiz de Direito nas Comarcas de Vara Única.

Art. 29 - A Escrivania do Juizado Especial de Pequenas Causas da Comarca de Curitiba será exercida por escrivão, bacharel em Direito, admitido pelo forma legal de preenchimento.

Parágrafo Único - Nos demais Comarcas essa escrivania será exercida, cumulativamente, pelos escrivães das varas referidas no artigo anterior n. I e II e, nas Comarcas de vara única, por escrivão designado pelo respectivo Juiz titular.

Art. 30 - Os conciliadores e árbitros de que trata a Lei Federal n. 7.244, de 7 de novembro de 1984, serão escolhidos e designados pelos respectivos Juizes Titulares, exceto na Comarca de Curitiba cujas designações são do Presidente do tribunal de Justiça.

Parágrafo Único - As funções de árbitro e de conciliador poderão ser exercidas por uma única pessoa, preenchidos os requisitos legais.

Art. 31 - O horário de funcionamento do juizado Especial de Pequenas Causas nas Comarcas de Londrina, Ponta Grossa, Maringá, Cascavel, Paranaguá, Guarapuava e Foz do Iguaçu será o do foro em geral, devendo as sessões de conciliação e arbitramento realizar-se no período noturno. Nas demais Comarcas, conforme determinar o respectivo Juiz titular.

Art. 32 - O Órgão Especial do Tribunal de Justiça, através de resolução, estabelecerá as Câmaras de Recursos oriundos dos Juizados Especiais de Pequenas Causas, bem como suas competências e demais providências correlatas.

Art. 33 - A Corregedoria da justiça baixará provimento estabelecendo os valores das custas de preparo dos recursos interpostos das decisões proferidas pelos

Juizados Especiais de Pequenas Causas.

Art. 34 - Aos árbitros e conciliadores do Juizado Especial de Pequenas Causas da comarca de Curitiba poderá ser atribuído, a critério do presidente do Tribunal de Justiça, uma gratificação PRO-LABORE e aos servidores do Poder Judiciário que nela exercerem funções no período noturno, cumulativamente, uma gratificação correspondente a trinta por cento (30%) dos seus vencimentos básicos.

Art. 35 - Aplicam-se, subsidiariamente, nos Juizados Especiais de Pequenas Causas os dispositivos constantes da lei Federal n. 7244, de 7 de novembro de 1984, onde couber.

Art. 36 - Ficam criados os seguintes cargos:

I - um (01) cargo de Escrivão de entrada final;

II - um (01) cargo de Auxiliar de Cartório;

III - dois (02) cargos de Oficial de Justiça;

IV - um (01) cargo de Servente, todos com lotação no Juizado Especial de Pequenas Causas da Comarca de Curitiba.

Art. 37 - São extintas as Varas Cíveis Privativas das causas de Procedimento Sumaríssimo, criadas pela lei n. 7.878, de 4/7/84, ficando transformadas em Varas Cíveis da Comarca de Curitiba, com designação ordinal de 19ª a 21ª.

Art. 38 - As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias do Poder Judiciário.

Art. 39 - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em

(a) HERMAS BRANDÃO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO

E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N. 244/85

PARECER:

Oriunda de mensagem Governamental o presente Plano de Lei tem finalidade alterar dispositivos da Lei n. 7.297 de 08/1/80 - o que trata do Código de Divisão e Organização Judiciárias do Estado do Paraná.

Sobre a matéria houve ainda aditamento e Emendas encaminhadas através da Mensagem n. 214/85, de acordo com a justificativa apresentada pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado, conforme exposição de motivo anexo.

Nos termos legais e constitucionais a

que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, a matéria se encontra devidamente amparada nos dispositivos constitucionais, a matéria se encontra devidamente amparada nos dispositivos constitucionais vigentes, razão pela qual nosso parecer é favorável à sua aprovação na forma da Emenda Substitutiva que anexo apresentamos, visando consolidar o projeto inicial com as modificações posteriores encaminhadas pelo Chefe do Poder Executivo, com as propostas enviadas pela Presidência do Egrégio Tribunal de Justiça.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12/12/85.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente.

HERMAS BRANDÃO

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sobre a Mesa. requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações ao Senhor Diretor da "Gazeta do Povo" e TV Paranaense, Canal 12, pelo recebimento da comenda "Pinhão de Ouro", oferecido pelo Sindicato das Empresas de Compra, Venda, Locação e Administração de Imóveis do Paraná - SECOVI. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente, solicitando voto de congratulações à Direção, Corpo Docente, Formados do Magistério de 1º Grau e Jubilares de Ouro e de Prata do Colégio "Santos Anjos", do Município de Porto União. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

4ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 322/85, com emenda corretiva à tabela 06 do Magistério, e 326/85.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 285/85 e dos Projetos de Resolução n. 169/85 e 170/85.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 244/85.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n. 334 a 337/85.

Levanta-se a sessão.